

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA REGIÃO NORTE: A VERSÃO DA MÍDIA IMPRESSA PARAENSE

*GOMES, Valquiria Rodrigues*¹

*LIMA, Vera Lúcia de Azevedo*²

*SILVA, Andrey Ferreira da*³

*SENA, Lidiane Xavier de*⁴

*SANTOS, Alessandra Carla Baia dos*⁵

Resumo: A violência contra a mulher tem raízes profundas que estão situadas ao longo da história, representando um grave problema mundial, presente e enraizada em diferentes culturas, considerando suas dimensões habitual e natural e a demarcação no espaço privado, assim também na organização social, nas estruturas econômicas e nas relações de poder. Este artigo tem como objetivo analisar a violência contra a mulher na Região Norte narrada pela mídia impressa paraense. Pesquisa exploratória com abordagem quantitativa. Os dados referem-se as consultas nos exemplares de um jornal regional, publicados no período de Janeiro de 2001 a Dezembro de 2010. A mídia paraense possibilita veicular de forma clara e concisa os casos de violência contra a mulher, as notas do jornal revelam que as mulheres são vítimas nos mais diversos níveis de crueldade, mostrando a magnitude do problema para a sociedade.

Palavras chaves: Violência Contra a Mulher; Jornais; Mídia.

Abstract: Violence against women has deep roots that are situated throughout history, representing a serious global problem, present and rooted in different cultures problem

1 Enfermeira, Graduada pelo Curso de Graduação em Enfermagem do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará. Componente do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas e Tecnologia em Enfermagem da Amazônia (EPOTENA). Endereço Eletrônico: valquiria.rgomes@yahoo.com.br. Trabalho desenvolvido com o apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/ PROPESP/UFPA.

2 Enfermeira, Doutora em Enfermagem pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina, Docente da Faculdade de Enfermagem e do Programa de Pós-graduação em Enfermagem do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará. Coordenadora do Mestrado Multiprofissional da FSCMPA. Componente do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas e Tecnologia em Enfermagem da Amazônia (EPOTENA). Endereço Eletrônico: veraluci@ufpa.br

3 Enfermeiro, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Pará. Componente do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas e Tecnologia em Enfermagem da Amazônia (EPOTENA). Endereço Eletrônico: andrew_hotlook@yahoo.com.br

4 Enfermeira, Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Pará. Componente do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas e Tecnologia em Enfermagem da Amazônia (EPOTENA). Endereço Eletrônico: sena_lidiane@hotmail.com

5 Enfermeira, Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Pará. Docente Assistente I da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Componente do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas e Tecnologia em Enfermagem da Amazônia (EPOTENA). Endereço Eletrônico: alebb23@yahoo.com.br

considering its usual and natural dimensions and demarcation in the private space, so also in the social organization, the structures economic and power relations. This article aims to analyze violence against women in the Northern Region narrated by the print media of the State of Pará. Exploratory research with quantitative approach. The data refer queries on issues into a regional newspaper from January 2001 to December 2010. The print media of the State of Para allows vehicular clearly and concisely cases of violence against women, notes the newspaper reveal that women are victims in various levels of cruelty, showing the magnitude of the problem for society.

Keywords: Violence against women; Newspapers; Media.

Introdução

A violência é reconhecida como questão social e de saúde pública, considerada um fenômeno complexo e de difícil conceituação, pode ser entendida como todo evento representado por relações, ações, negligências e omissões realizadas por indivíduos, grupos, classes e nações que ocasionam danos físicos, emocionais, morais e/ou espirituais a outrem (ANDRADE; FONSECA, 2008, p. 592).

Dentro dessa temática, uma das principais vítimas da violência é a mulher, atingida em qualquer faixa etária, grau de instrução e raça/etnia. O interesse nesse fenômeno como área de estudos e pesquisas sociais vem tendo repercussões cada vez maiores diante da sociedade, não só por acarretar graves danos à saúde do corpo físico, psíquico e emocional da vítima, como possui consequências para seu pleno desenvolvimento pessoal, profissional e familiar (MOREIRA et al, 2008, p.1055).

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a violência contra a mulher é definida como qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para a mulher e para investigação de suas causas torna-se necessário a abordagem do gênero, revelando assim uma história de submissão com repercussões sempre presentes. Considera-se o parceiro íntimo (marido, companheiro ou namorado) o principal autor da violência física contra a mulher (GOMES et al, 2013, p.935).

Pesquisas atribuem a um gênero, o masculino, à violência doméstica, concebendo-a como um instrumento de controle social e de repressão para assegurar a supremacia masculina na sociedade. Portanto, a violência é vista mais como uma forma de dominação masculina do que de expressão de conflitos afetivos que se aninham nas relações de gênero.

Por ser um problema de saúde pública, a violência contra a mulher é um fenômeno revelador das desigualdades de gênero que afeta o estado físico, emocional e psicológico da mulher, podendo ir além, ferindo seu exercício da cidadania e os direitos humanos. De forma geral, é um meio aplicador de submissão e dominação sem seu consentimento (LIMA; SILVA, 2012, p.112).

Para defender as mulheres as delegacias da mulher no Brasil foram criadas na década de 80 como fruto do movimento feminista e se constituíram numa importante forma de reconhecimento e enfrentamento da problemática da violência contra a mulher pela sociedade. Antes delas a mulher vítima de violência não podia contar com nenhum espaço social em que pudesse efetivamente ser ouvida e protegida (GUTIERREZ; DEWET, 2010, p. 148).

No Brasil, observa-se a violência contra a mulher como um crime, e com a finalidade de proteção da vítima e punição do agressor, foi sancionada pelo Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, denominada Lei Maria da Penha, onde esta Lei prevê pena para os agressores envolvidos em situações de violência doméstica representando um passo significativo para assegurar à mulher o direito à sua integridade física, psíquica, sexual e moral e pode ser considerado um avanço importante no enfrentamento do problema (FERRAZ et al, 2009, p. 756).

Segundo o mapa da violência 2012 (homicídios de mulheres no Brasil), em 1980 e 2010, passados 30 anos, no país, foram assassinadas acima de 92 mil mulheres, sendo que só na última década 43,7 mil. O número de mortes nesse período passou de 1.353 para 4.465, que representa um aumento de 230%, mais que triplicando o quantitativo de mulheres vítimas de assassinato no país. Em relação aos dados internacionais, nos períodos entre 2006 e 2010, o Brasil ocupou a sétima posição no contexto dos 84 países do mundo, com uma taxa de 4,4 homicídios em cada 100 mil mulheres (WAISELFISZ, 2012, p.8/16).

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres publicou que no Brasil, uma mulher é espancada a cada 15 segundos. Mais de dois milhões por ano. Mais de 15 mil mulheres são agredidas diariamente, a maior parte delas pelos próprios companheiros, muitas vezes embriagados ou sob efeito de drogas. Em 2003 foram registrados 6.813 boletins de ocorrência criminal, um aumento de 9,1% em relação ao ano anterior. Entre os crimes predominam as lesões corporais, com 2.529 das denúncias e as ameaças com

2.111. A metade dos homicídios de mulheres no país, causa foi a violência doméstica segundo o levantamento divulgado em fevereiro de 2009, tomando por base as denúncias recebidas no ano de 2008 com 24.523, no entanto, o aumento no número de ocorrências não significa somente que a violência aumentou, pois em muitos casos as mulheres já sofreram agressões há mais de anos. Esse número reflete também a coragem das mulheres em buscar seus direitos e de quererem respeito (O LIBERAL, 2010, p.4).

Sendo um meio de informação, a mídia hoje é responsável pela veiculação dos assuntos e dos acontecimentos ocorrentes no cotidiano, é uma fonte de pesquisa muito importante, fundamental nas questões informacionais, desempenhando um papel relevante, seja de valor negativo ou positivo da realidade. Representa um espaço destinado ao debate que se constitui em uma forma de pressão aos poderes públicos, pois ao noticiar os fatos e demonstrar o drama humano, o jornalismo pode aproveitar e direcionar seu foco para a questão das políticas públicas voltadas para as medidas preventivas no fenômeno da violência contra a mulher, nas esferas federal, estadual e municipal e nos âmbitos assistencial, reeducacional e punitivo (SANEMATSU, 2011, p.98-99).

A violência contra a mulher tem sido reconhecida como um problema de saúde pública, nas últimas décadas, por organismos internacionais como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas). A preocupação na capacitação dos profissionais em identificar a presença de mulheres em situação de violência no Brasil, se inicia somente no final da década de 1990. Atualmente, o Ministério da Saúde em parceria com diversas organizações feministas tem oferecido treinamentos aos profissionais de saúde de modo que eles possam identificar, apoiar e dar o devido encaminhamento as vítimas de violência (BORSOI; BRANDÃO; CAVALCANTI, 2009, p.166).

Pesquisas realizadas identificam na atenção primária um serviço básico de saúde importante na detecção do problema, onde se justifica pelo fato desta ser um local privilegiado para o desenvolvimento de ações de prevenção, reflexão e orientação, porque tem, em tese, uma grande cobertura e contato com as mulheres, reconhecendo e acolhendo o caso antes de incidentes mais graves (BORSOI; BRANDÃO; CAVALCANTI, 2009, p.167).

Retrata-se, assim, uma lacuna existente na formação acadêmica e educação por parte dos serviços, a dificuldade enfrentada em assistir às vítimas de violência está na

qualificação do profissional de saúde que ao se formar, traz consigo um conhecimento voltado apenas em ciências particulares, onde seu olhar se volta basicamente para a área clínica. Um obstáculo enfrentado neste âmbito assistencial é a divisão dos setores, onde ainda não há instituições de referência tornando o atendimento mais passivo e pouco colaborativo.

A invisibilidade da violência é decorrente do fato de alguns setores de saúde ainda se limitarem a cuidar dos sintomas das doenças e não contarem com instrumentos capazes de identificar o problema. É essencial que os serviços de saúde realizem discussões referentes a capacitação da equipe multiprofissional sobre o aprofundamento dessa problemática para a sociedade, no sentido de ampliar seus conhecimentos nos âmbitos jurídico, policial, social e psicológico, assim como nas redes de apoio e Organizações Não Governamentais (ONGs), possibilitando a este profissional maiores contatos com as vítimas, onde a prestação dos cuidados se torne real através da visão holística e educação aclarando esclarecimentos sobre seus direitos e deveres (GOMES et al, 2013, p.937).

O combate à violência contra a mulher exige a integração de vários fatores políticos, legais e, principalmente, culturais para que seja visto sob nova perspectiva pela sociedade. Com essa intenção, no Brasil, foi promulgada em 24 de novembro de 2003, a Lei nº 10.778, que obriga os serviços de saúde públicos, ou privados, a notificar casos suspeitos ou confirmados de violência de qualquer natureza contra a mulher. De acordo com essa lei, todas as pessoas físicas, mormente os profissionais de saúde em geral, bem como entidades públicas, ou privadas, estão obrigadas a notificar tais casos, assim como os estabelecimentos que prestarem atendimento às vítimas (postos e centros de saúde, institutos de medicina legal, clínicas, hospitais) (LIMA, 2009, p.48).

As unidades de atenção primária de saúde são importantes na detecção do problema, por ser um local privilegiado ao qual as mulheres vítimas recorrem como ajuda na superação dos seus agravos, por possibilitar um estreito contato com as mulheres, acolhendo e reconhecendo quanto aos casos, podendo fazer intervenções antes de incidentes mais graves no desenvolvimento de ações preventivas, reflexões e orientações (BORSOI; BRANDÃO; CAVALCANTI, 2009, p.167).

A violência contra as mulheres, apresentada na mídia, ressalta a desigualdade social e de gênero, faz denúncias sobre crimes, desvela “personagens” da sociedade, além de

ressaltar a magnitude do problema, ao traduzir as ocorrências policiais e as controvérsias sociais que incidem nas comunidades. Portanto, a violência de gênero é um problema que, por sua alta magnitude, deve ser considerado como uma epidemia, um problema de saúde e segurança coletiva.

Atualmente, a mídia tem veiculado o assunto, principalmente nas páginas policiais, embora o revele também como uma questão de saúde, de direitos e de políticas públicas. A transcendência valor social atribuído à violência. Custo pessoal e social da violência, o que passa a interferir diretamente nas relações sociais, econômicas, profissionais e culturais. A violência ocorre em todas as faixas etárias, classe social, níveis culturais, desencadeia a morte e resulta em perdas sociais.

E a vulnerabilidade da violência é relacionada com a disponibilidade de tecnologia e recursos para reduzir o dano. Corresponde ao quanto à violência pode ser controlada mediante investimentos e conhecimentos para reduzir sua evolução.

No município de Belém de janeiro de 2009 a dezembro de 2010, aproximadamente 22.222 mulheres em situação de vítimas de violência buscaram ajuda na Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher (DEAM, 2011). Por conta do crescente aumento do número de mulheres vítimas de violência na Região Norte e por ser considerado um fenômeno agravante dos problemas sociais e da saúde. A violência contra mulheres não pode ser desconhecida dado à magnitude, transcendência e vulnerabilidade do fenômeno. Diante do cenário como a mídia impressa paraense narra a violência contra a mulher na Região Norte? E qual o perfil epidemiológico da mulher vítima de violência na Região Norte traçada pela mídia impressa?

Objetivos

- Analisar a violência contra a mulher na Região Norte narrada pela mídia impressa paraense.
- Identificar o perfil das mulheres vítimas de violência na Região Norte.

Metodologia

Este estudo é do tipo exploratório, de abordagem quantitativa, realizado na Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves (CENTUR). Foram consultados exemplares de um jornal regional, publicado de Janeiro de 2001 a Dezembro de 2010, sobre violência contra a mulher residente na Região Norte. A partir da coleta de dados foram selecionadas notas nos cadernos de Polícia, Esporte, Atualidades, Cidades e Mundo, sobre

violência contra a mulher ocorrida nesse período.

Os dados coletados foram agrupados e sistematizados através de um roteiro com o suporte do Programa Microsoft Office Excel 2010, sendo armazenados em banco de dados contendo as seguintes variáveis: sócio-econômicas-demográficas como idade, estado civil, escolaridade e profissão/ocupação e as variáveis específicas dos casos de violência contra a mulher como o local de ocorrência da violência, tipo de violência, instrumento utilizado, local atingido, desfecho e grau de parentesco com o agressor.

Destas foram incluídas, como corpus de análise notas que atendiam aos critérios de inclusão: narrar a violência contra a mulher residente na Região Norte, independente do local de nascimento e faixa etária. Em compensação, foram excluídas notas que abordavam a violência em outros estados, violência à saúde, assaltos e acidentes por causas externas.

A análise foi realizada a partir da estatística descritiva, com cálculo de frequência absoluta e percentual, os dados foram apresentados em figuras e tabelas.

O conteúdo do jornal é considerado de domínio público no Brasil, não sendo necessário o encaminhamento ao comitê de ética.

Resultados

De acordo com a coleta de dados realizada nos exemplares do jornal paraense, referentes aos períodos de Janeiro de 2001 a Dezembro de 2010, foram consultados 3.648 exemplares publicados, destes foram selecionados 1.739 notas sobre a violência contra a mulher ocorrida neste período. Destas, foram incluídas no estudo, 1.191 (69,9%) notas sobre a violência contra a mulher residente na Região Norte, independente do local de nascimento e faixa etária.

Os resultados mostram que as faixas etárias mais presentes nas notas de violência contra a mulher noticiada pela mídia impressa em relação à Região Norte são entre 11 a 20 anos (27,79%), entre 21 a 30 anos (19,48%), seguidas de 01 a 10 anos (17,04%) representadas na tabela 1.

Tabela 1. Faixa Etária de mulheres vítimas de violência noticiada pela mídia impressa em relação à Região Norte nos períodos de Janeiro de 2001 a Dezembro de 2010.

IDADES	Nº	%
--------	----	---

0	6	0,50
1 a 10	203	17,04
11 a 20	331	27,79
21 a 30	232	19,48
31 a 40	124	10,41
41 a 50	53	4,45
51 a 60	29	2,43
61 a 70	18	1,51
71 a 80	10	0,84
81 a 90	6	0,50
91 a mais	1	0,08
Não Informa	178	14,95
TOTAL	1,191	100,00

Fonte: Exemplos do jornal O Liberal, nos períodos de Janeiro de 2001 a Dezembro de 2010.

Quanto ao estado civil, das 1.191 notas analisadas, 71,28% não informavam, contudo cerca de 5,12% das vítimas eram casadas e 2,27% solteiras, em relação a escolaridade das mulheres, 92,78% não informavam, 0,59% apresentavam ensino superior incompleto e 0,17% ensino superior completo.

Os resultados relacionados à profissão/ocupação das vítimas mostram que embora 67,25% não informavam, cerca de 7,89% são Do Lar e 10,24% apresentavam outras profissões geradoras de renda como mostra a figura 1.

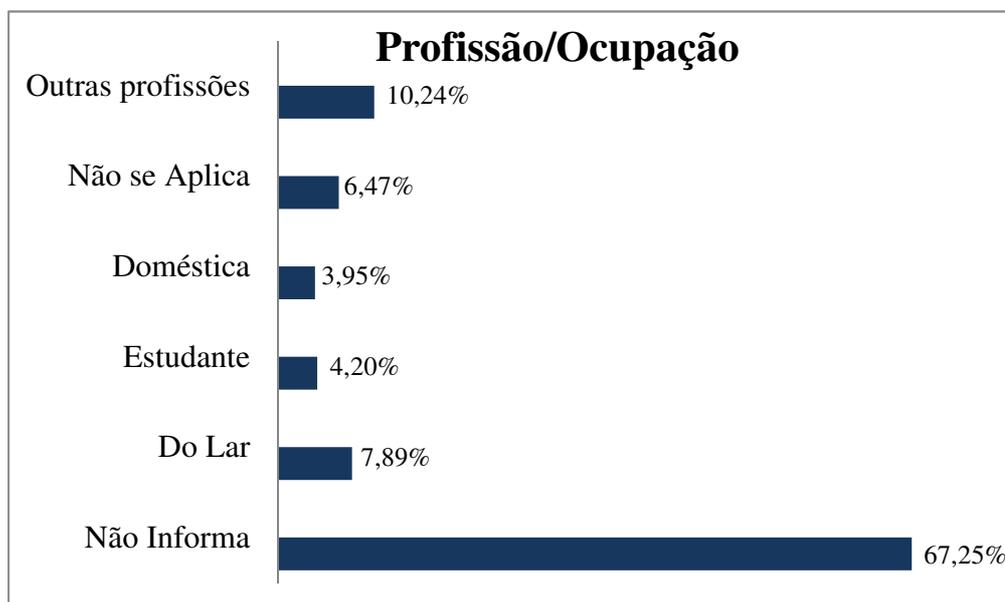


Figura 1 – Profissão/Ocupação das mulheres vítimas de violência noticiada pela mídia impressa nos períodos de Janeiro de 2001 a Dezembro de 2010.

Nos seus mais variados tipos de violência, a agressão física ocorreu com 50,21%, a psicológica com 3,19%, ambas ocorreram em 3,69%, a sexual em 1,51% e a associação entre os três tipos de violência ocorreu em cerca de 41,14% dos casos como mostra a figura 2.

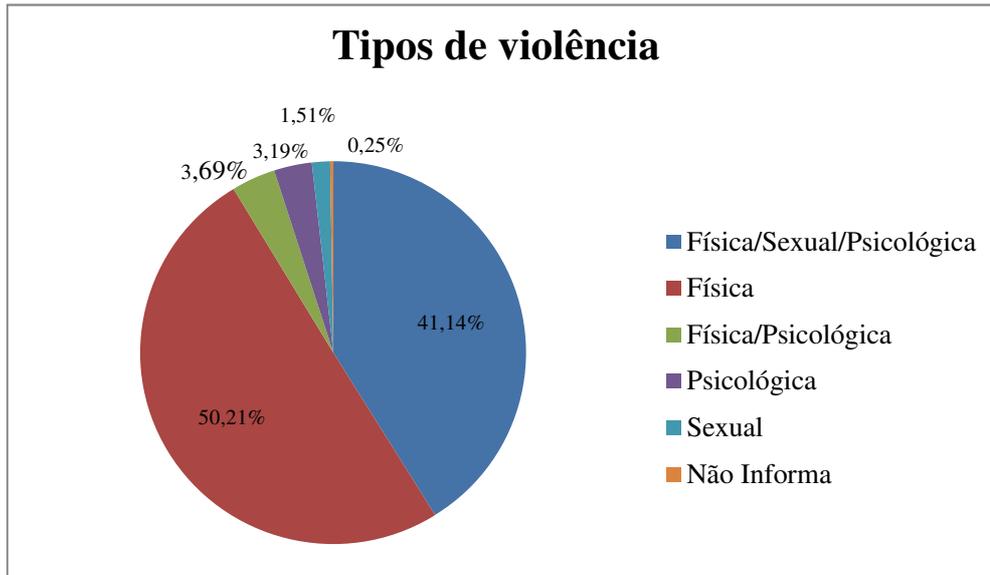


Figura 2 – Tipos de violência cometida contra as mulheres noticiadas pela mídia impressa nos períodos de Janeiro de 2001 a Dezembro de 2010.

As mulheres vitimadas pela violência foram atingidas em várias partes do corpo, dentre as principais 38,71% apresentavam lesões na genitália, 28,21% nos múltiplos órgãos e 10,50% na cabeça/face observados na tabela 2, sendo que os principais meios de agressão utilizados nos atos de violência para atingir as vítimas se manifestaram em crimes provenientes por estupro com 30,39%, arma branca 22,92% e espancamento 19,48%.

Tabela 2. Parte do corpo atingida pela violência cometida contra as mulheres noticiada pela mídia impressa em relação à Região Norte nos períodos de Janeiro de 2001 a Dezembro de 2010.

Parte do corpo atingida	Nº	%
Abdômen	16	1,34
Cabeça/face	125	10,50
Dorso	13	1,09

Genitália	461	38,71
MMSS	16	1,34
Múltiplos Órgãos	336	28,21
Pescoço	38	3,19
Tórax	26	2,18
Demais órgãos	24	2,02
Não Informa	90	7,56
Não se Aplica	46	3,86
TOTAL	1,191	100,00

Fonte: Exemplares do jornal O Liberal, nos períodos de Janeiro de 2001 a Dezembro de 2010.

A figura 3 revela o grau de parentesco do agressor, onde registrou-se que em 17,38% foi algum membro da família, 14,19% foi desconhecido, seguido de 13,60% o companheiro.

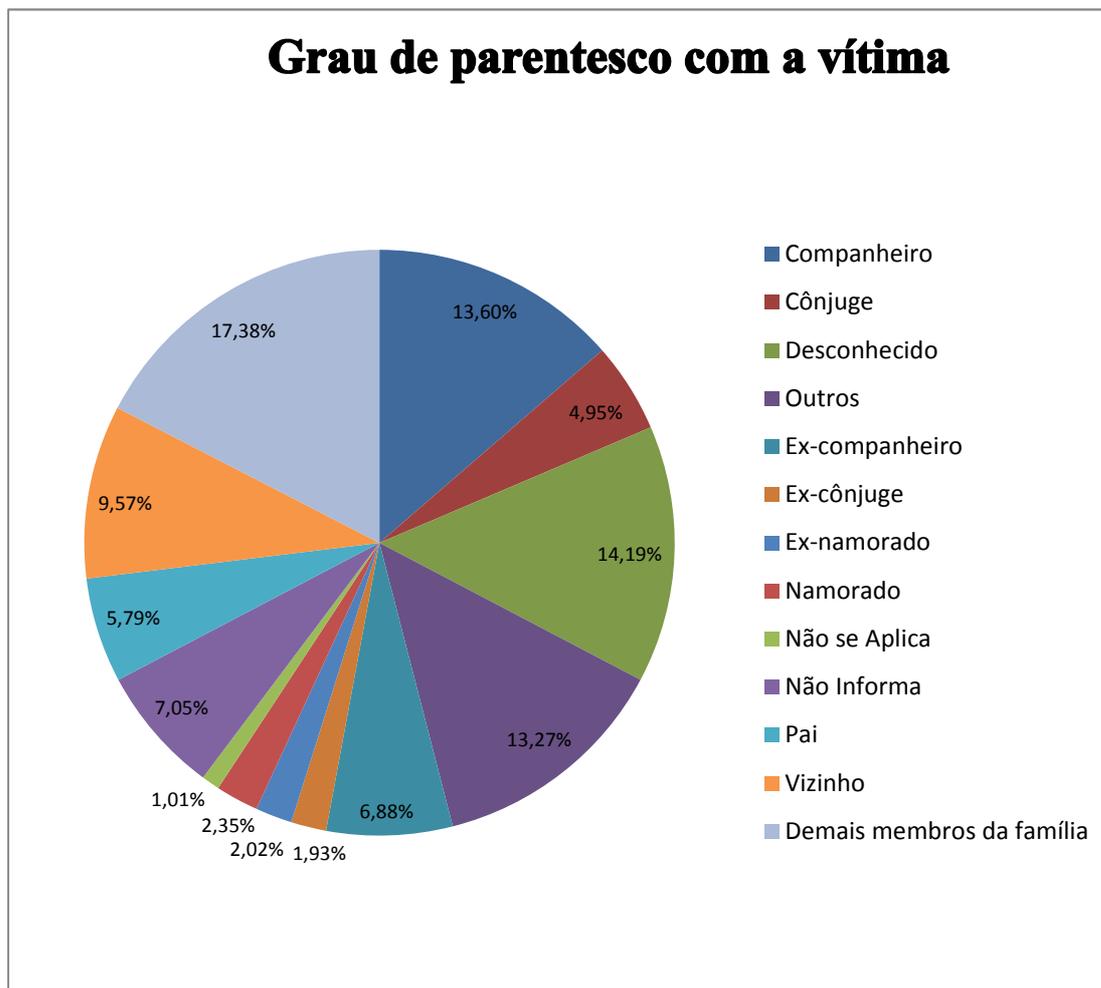


Figura 3 – Grau de parentesco dos agressores de mulheres vítimas de violência noticiados pela mídia impressa nos períodos de Janeiro de 2001 a Dezembro de 2010.

Observou-se que em relação ao local de ocorrência da violência, o local preferido pelos agressores foi à residência com 66,16% seguida pela via pública com 24,35% e que a maioria dos casos evidenciados nas notas obtiveram crimes com desfecho em denúncia 63,39%, morte 24,27% e hospitalização com 9,66%.

Discussão

Os resultados das notas de violência contra a mulher noticiada pela mídia impressa em relação à Região Norte mostram que as faixas etárias mais presentes estão compreendidas entre 11 a 20 anos. Em virtude dos modelos culturais brasileiros, nessa idade o corpo é belo e provoca atenção, deste modo, a violência afeta com significativa evidência diversos setores sociais, como a economia e a saúde, pois as mulheres são profissionalmente mais atingidas e estão em idade reprodutiva, fato este que poderia despertar nos homens práticas autoritárias violentas e inseguranças (GOMES et al, 2013, p. 942).

Quanto ao estado civil, observou-se que as mulheres vítimas de violência eram casadas. Apesar de haver certa incerteza sobre se o casamento representa risco para a violência física contra a mulher, existe consenso de que constitui uma espécie de licença para o terrorismo íntimo, acreditando no fato da existência de um vínculo afetivo que consequentemente as mantém na relação.

Em relação ao grau de escolaridade, apresentavam ensino superior completos ou não, pesquisas realizadas por diversos autores afirmam que o esclarecimento da mulher leva a menor tolerância à violência e que a mudança dos papéis tradicionais, onde sua entrada maciça no mercado de trabalho formal as possibilita que alcancem sua independência financeira, onde potencialmente esta situação é geradora de conflitos, já que o homem, perde seu papel de chefe na família e muitas vezes reage de modo agressivo.

Essa justificativa corresponde e confirma a associação de baixo nível de escolaridade e violência no fato de ser um reflexo de condições sociais e culturais, tendo múltiplas causas, resultantes de conflitos desencadeados por vários motivos

independentes do relacionamento, tais como desemprego, salários baixos, falta de moradia, condições inadequadas de saúde e baixa escolaridade, onde os resultados mostraram que a principal ocupação das vítimas é do lar.

O presente estudo revelou também, que o principal tipo de agressão sofrida pelas mulheres na Região Norte foi à física. No Brasil, em pesquisa realizada com 2.502 mulheres na faixa de 15 anos ou mais, verificou que 43% da população em estudo relatou ter sido vítimas de violência praticada por um homem. Destas, um terço sofreu violência física, 13% sexual e 27% traumas psicológicos. Neste contexto, a violência se faz habitual num corpo que é instrumento sinalizador, é nele que estão as marcas do seu modo de viver humano (SCHRAIBER; D' OLIVEIRA; COUTO, 2006, p. 118; MONTEIRO; SOUZA, 2007, p.29).

No que concerne as variáveis, parte do corpo atingida e os meios utilizados para a agressão ocorrida, a Região Norte apresentou maior número de crimes provenientes por estupro, sendo a genitália o principal órgão atingido seguido de múltiplos órgãos. A violência sexual apontada representa um fenômeno universal e destituído de fronteiras, não fazendo distinção entre classes sociais, cor, etnia, sendo ocorrente em todas as faixas etárias, com predominância entre adolescentes e jovens adultas. Estima-se que, por ano, 12 milhões de mulheres sejam vítimas de violência sexual em todo o mundo. Isso se deve a subnotificação e o sub-registro dos casos, uma vez que a mulher tem medo de se expor, tendo vergonha e temendo represálias do agressor, que de modo geral, são parentes, pessoas próximas ou conhecidas. E quando violentadas, observa-se que elas podem sofrer efeitos permanentes em termos de autoestima e autoimagem, o que as torna menos seguras do seu valor e mais propensas à depressão (DREZETT et al, 2001, p. 413; ROTANIA et al, 2003, p.121).

Notou-se que os agressores mais identificados nas notas eram algum membro da família seguido por desconhecido. Uma pesquisa realizada sobre homicídios de mulheres em meados da década de 1990, onde se buscava investigar não apenas a violência doméstica, porém, os vários tipos de homicídios de mulheres de todas as faixas etárias e como este crime era tratado nos Boletins de Ocorrência (BO's) das Delegacias de Polícia da capital de São Paulo (do ano de 1998), resultou no levantamento de 623 ocorrências com 964 vítimas, das quais 669 mulheres. Na análise dos BO's, mostrou que na metade das ocorrências, o agressor é desconhecido e quando a vítima é mulher, 90% dos autores

são homens (BLAY, 2003, p. 94).

Um estudo realizado entre usuárias de uma Unidade Básica de Saúde no município de São Paulo notou que a gravidade das agressões sofridas pelas mulheres está concentrada nos polos “parceiro” e “estranho”, como perpetradores da violência, sendo severas para todos os agressores, contrario ao senso comum que consta somente as agressões domésticas como de menor importância (SCHRAIBER et al, 2002, p. 476).

Um importante dado em pesquisas realizadas revelou que os jornais de 1991 indicavam que 22% dos crimes eram motivados por tentativas de separação, ciúme, ou suspeita de adultério, já em 2000, estes mesmos motivos cresceram e foram responsáveis por 28% dos crimes (BLAY, 2003, p. 92).

A absoluta maioria das agressões foi praticada no interior da residência e obtiveram maior incidência em crimes com desfecho em denúncia. O ambiente doméstico é o local privilegiado da prática de violência contra a mulher, ocorrendo principalmente porque na maioria das vezes, as mulheres não nomeiam a situação como violência, que por via de regra é expressada no espaço público, fazendo parte do cotidiano nas cidades, no país e no mundo, onde é percebida como algo que faz parte da vida. A violência cometida no ambiente doméstico é uma prática recorrente facilitada pelo fato de transcorrer sem interrupções de outras pessoas e sob a legitimidade da privacidade do lar, onde muitas vezes torna-se um espaço perigoso (DESLANDES; GOMES; SILVA, 2000, p. 133; GIFFIN, 1994, p.150).

Vale ressaltar que apesar de apresentar um número significativo no período, a denúncia merece especial atenção pelo fato de representar um avanço das vítimas em registrar o boletim de ocorrência. Isso demonstra que a violência deve ser vista com maior receptividade, sendo necessária uma mudança de atitude dessa mulher.

O ciclo de violência acompanha alguns casais de forma intensa e longa e ao denunciar seus parceiros, as mulheres esperam encontrar apoio institucional, que na maioria das vezes não acontece, fator este que propicia o retorno da vítima ao convívio do agressor, situação que potencialmente leva a retirada da queixa mediante promessas de não mais agredi-las ou conseqüente ameaças. Um dos maiores obstáculos para que as estatísticas de agressões sofridas por mulheres diminuam em todo o país é o intervalo entre o procedimento policial e a audiência, que varia de três a seis meses. Neste intervalo, os agressores tentam reverter o quadro, sempre tentando reconquistar a companhia

agredida, com promessas de mudança de comportamento, confiantes de que seus agressores estão falando a verdade, muitas vítimas acabam desistindo da denúncia e o caso fica sem conclusão.

Conclusão

A presente pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de analisar a violência contra a mulher narrada pela mídia do Estado do Pará em relação à Região Norte, deste modo, explorar um jornal, assim como, fazer acompanhamento dos noticiários de outras fontes de informação, nos remete a oportunidades para diagnosticar a presença da violência no cotidiano das mulheres em suas mais diversas expressões.

As análises dos resultados coletados nas notas do jornal revelam que as mulheres são vítimas de violência nos mais diversos níveis de crueldade, descrevendo o evento de maneira clara e sucinta, mostrando a magnitude do problema para a sociedade e revelando sua amplitude social.

A mídia demonstra grande importância para incentivar as políticas públicas no sentido de respeitar a igualdade nas relações de gênero, consolidando a cidadania feminina, oferecendo apoio à vítima para minimizar a violência e os danos por ela causada, fazendo com que o agressor tenha a punição, a educação e a inclusão em programas que reedueque esse indivíduo socialmente previsto na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06).

A preocupação na capacitação dos profissionais em identificar a presença de mulheres em situação de violência no Brasil, se inicia somente no final da década de 1990. Atualmente, o Ministério da Saúde em parceria com diversas organizações feministas tem oferecido treinamentos aos profissionais de saúde de modo que eles possam identificar, apoiar e dar o devido encaminhamento as vítimas de violência.

Para cuidar é necessário o estabelecimento de uma relação de cuidado em que é essencial existir um processo interativo entre o cuidador e a pessoa que está sendo cuidada. Para que se estabeleça essa relação é preciso intencionalidade, disponibilidade, receptividade, confiança e aceitação, promovendo o crescimento de ambos, profissional e paciente.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, C. J. M; FONSECA, R. M. G. S; Considerações sobre violência doméstica, gênero e o trabalho das equipes de saúde da família. **Rev. Esc. Enferm. USP.** v.42, n.3, p.591-95, set. 2008.

BLAY, E. A. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estud Avanç.** v.17, n.49, p.87-98, 2003.

BORSOI, T. S; BRANDÃO, E. R; CAVALCANTI, M. L. T. Ações para o enfrentamento da violência contra a mulher em duas unidades de atenção primária à saúde no município do Rio de Janeiro. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.** v.13, n.28, p.165-74, jan-mar. 2009.

DESLANDES, S. F; GOMES, R; SILVA, C. M. F. P. caracterização dos casos de violência doméstica contra a mulher atendidos em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro. **Cad. Saúde Pública.** v.16, n.1, p.129-137, jan-mar. 2000.

DREZETT, J; CABALLERO, M; JULIANO, Y; PRIETO, E. T; MARQUES, J. A; FERNANDES, C. E. Estudos de mecanismos e fatores relacionados com o abuso sexual em crianças e adolescentes do sexo feminino. **J Pediatr.** v.77, n.5, p.413-9, 2001.

EM APENAS oito meses, 6 mil agressões. **O Liberal**, Belém, 27 nov. 2010. cad.1-6, p.3-5.

FERRAZ, M. I. R; LACERDA, M. R; LABROCINI. L. M; MAFTUM, M. A; RAIMUNDO, M. L. O cuidado de enfermagem às vítimas de violência doméstica. **Cogitare Enferm.** v.14, n.4, p.755-9, out- dez. 2009.

GIFFIN, K. Violência de gênero, sexualidade e saúde. **Cad Saúde Pública.** v.10, suppl. 1, p.146-55, 1994.

GOMES, V. R; LIMA, V. L. A; SILVA, A. F; SENA, L. X; SANTOS, A. C. B; SAMPAIO, D. L. Violência contra a mulher nas regiões do Brasil: A versão da mídia paraense. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde.** v.4, n.3, p.933-45, 2013.

GUTIERREZ, D. M. D; DEWET, F. M. S. **Dossiê sexualidade & gêneros reflexões teóricas e empírica.** São Paulo: Letras a Margem; 2010. Terapia Familiar na Delegacia da Mulher: Um Relato de Experiência; p.147-68.

LIMA, V.L.A. **Violência contra mulheres paróaras: contribuições para a enfermagem.** 2009. 233p. Tese (Doutorado em Enfermagem). Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

LIMA, V. L. A; SILVA, A. F. **Conhecendo o perfil e os sentimentos de mulheres vítimas de violência atendidas na delegacia especializada de atendimento à mulher do município de Belém.** GEPEM. n. 2, jul-dez. 2012.

MONTEIRO, C. F. S; SOUZA, I. E. O. **Vivência da violência conjugal: fatos do cotidiano.** Texto & contexto enferm. v.16, n.1, p.26-31, 2007.

MOREIRA, S. N. T; GALVÃO, L. L. L. F; MELO, C. O. M; AZEVEDO, G. D. **Violência física contra a mulher na perspectiva de profissionais de saúde.** **Rev. Saúde Pública.** v.42, n.6, p.1053-9, 2008.

ROTANIA, A. A; DIAS, I. M. V; SOUZA, K. V; WOLF, L. R; REIS, L. B; TYRRELL, M. A. R. **Violência contra a mulher: o perigo mora da porta para dentro.** Esc. Anna Nery. v.7, n.1, p.114-25, 2003.

SANEMATSU, M. **Imprensa e agenda de direitos das mulheres: uma análise das tendências da cobertura jornalística.** Coordenação Veet Vivarta. Brasília, DF: ANDI, Instituto Patrícia Galvão, 2011.

SCHRAIBER, L. B; D' OLIVEIRA, A. F. P. L; FRANÇA-JUNIOR, I; PINHO, A. A. **Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde.** **Rev. Saúde Pública.** v. 36, n.4, p.470-77, 2002.

SCHRAIBER, L. B; D' OLIVEIRA, A. F. P. L; COUTO, M. T. **Violência e saúde: estudos científicos recentes.** **Rev Saúde Pública.** v.40, N. Esp, p.112-20, 2006.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2012 – Atualização: Homicídios de mulheres no Brasil.** Instituto Sangari. São Paulo. Abril de 2012.